



# OS PROCESSOS CONTEMPORÂNEOS DAS APROPRIAÇÕES DE TERRA NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

Bárbara Evelyn Baracho Wanderley <sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os processos contemporâneos das apropriações de terras (*land grabbing*) no Brasil, no período que ficou cunhado como neoextrativismo, destacando sua relação com a crise capitalista e suas implicações para a natureza e aos povos e comunidades tradicionais. Tecendo um panorama desde a crise, perpassando os aspectos intrínsecos relacionados a raça, classe e gênero, que se evidenciam através dela e que rebatem e modificam as relações que são entrelaçadas a partir da terra – território.

É na fase contemporânea em que a questão agrária se encontra, a incorporação da agricultura nos moldes do capital financeiro, que as apropriações de terra vêm sendo tecidas. Figuradas a princípio pela expansão das fronteiras agrícolas, em especial a do Matopiba, que delineou a estrutura da soja através dos novos mecanismos utilizados pelo agronegócio que permeiam uma lógica complexa que perpassam empresas que redimensionam todo o caráter produtivo outrora conhecido (OLIVEIRA, 2007, BOECHAT, 2014, LEITE, 2015 E PITTA, 2016). O processo em si não é novo, mas a partir dos anos 1970- 1980 a sua lógica atravessa mudanças significativas, apresentando um novo momento na questão agrária, onde a financeirização passa a ter um papel crucial relacionado a terra (DELGADO, 2012).

Diversas *traders* do agronegócio e do setor agroalimentar, animam não só o mercado de terras (LEITE; FLEXOR, 2017) outrora dinamizado pelo boom das commodities (KURZ, 2011; SVAMPA, 2015), mas retroalimentam processos neoextrativistas corroborados e financiados desde a esfera estatal à internacional, principalmente no marco do consenso das commodities (SVAMPA; 2019, p. 24), por uma cadeia de investimentos, fundos e mecanismos financeiros. Esses investimentos variam desde o processamento de farelos de soja, a produção de cana de açúcar para etanol, até os investimentos nas culturas flexíveis para mobilizar o capital investido

---

<sup>1</sup> Mestranda no curso de geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, [wanderley13@gmail.com](mailto:wanderley13@gmail.com);



na terra (BORRAS., et al, 2014) e dar lastro aos processos de financeirização que foram fortemente influenciados pela crise de 2007-2008 (FAIRBAIRN, 2020) além de outros pontos a serem considerados nessa análise, como a demanda chinesa crescente dentro do mercado alimentar (MORA, 2019). É interessante situar que esse período em particular ficou conhecido na literatura como *Land rush* (SAUER; BORRAS, 2016). Esses investimentos foram considerados por muitos investidores como seguros, por terem uma valorização contínua, sobretudo para fundos de pensão (FAIRBAIRN; 2020, p. 25)

Os investimentos de capital voltados à produção de matérias primas agrícolas dentro desse processo de apropriação possibilitam ampliar a mobilidade do capital em negócios que envolvem imobilização de recursos em ativos como a terra dentro de uma nova arquitetura de grandes apropriações corporativas (WHITE et al., 2012). Uma lógica que pode justificar os avanços de fronteiras agrícolas, apesar que os ganhos pela renda da terra, por atores domésticos ou internacionais, redimensionam o debate para a centralização da renda da terra, e os ganhos de monopólio atrelados a esse investimento, que acaba sendo lucrativo por pelas nuances relacionadas ao ganho com a renda da terra (PAULANI, 2016).

No Brasil, as fronteiras agrícolas possuem a centralidade nos investimentos em terra, principalmente após uma sucessão de incentivos de crédito rural que dinamizaram o mercado (DELGADO, 2012). O que acontece no Matopiba é um caminho concebível desse processo, a expansão territorial dos monocultivos na região, estimula os agentes financeiros, os fundos de pensão e os investimentos internacionais, tendo o estado como mediador a situação só se agrava (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2018).

Nesse aspecto, não existe dualidade de interesses, nem entre as empresas que financiam esses monocultivos, tão pouco entre os latifundiários locais. Longe disso, os mecanismos de grilagens das terras são usados para facilitar a entrada desses agentes internacionais nos mercados locais, sendo usado como garantia desses projetos (AATR, 2020). Esse mecanismo de apropriação de terra tem provocado uma intensa expropriação, e motivado expulsões contra os camponeses, quilombolas e indígenas (MARTINS, 1980).



Além disso, as expulsões também são decorrentes desse processo, ou os cercamentos, que tomam formas mais complexas e nada transparências de sobreposições de terras nos territórios das comunidades tradicionais<sup>2</sup>.

O Greenpeace internacional lançou em 2019 um relatório<sup>3</sup> que ilustra um caso no Oeste da Bahia, no município de Formosa do Rio Preto, onde a atuação das grandes traders como a Cargill, Bunge e também a Cofco atuam no processo de sobreposição em terras geraizeiras, cercamentos através da empresa estrela guia dentro do território dos remanescentes de povos quilombolas, e todo esse processo é mediado por uma empresa privada, chamada Estrondo, que distribui a gerência da carteira de terras dentro de todo esse aparato que é compreendido teoricamente, porém de forma ainda mais complexa a nível do território (GREENPEACE 2019, p. 60).

**Figura 1:** Localização dos conflitos no agronegócio estrondo



**Fonte:** Greenpeace report countdown to extinction

<sup>2</sup> <https://grain.org/pt/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>

<sup>3</sup> <https://www.greenpeace.org/international/publication/22247/countdown-extinction-report-deforestation-commodities-soya-palm-oil/>



As comunidades de gato e cacimbinha são encurraladas pela dinâmica das *traders* e pelo cercamento como mencionado anteriormente. Os silos de armazenamento são distribuídos como é possível ver no infográfico na forma de cilindros côncavos, e a estrela guia (segurança privada da Estrondo) contém qualquer mobilidade da comunidade dentro do território, sendo um grande entrave para reprodução do seu modo de vida.

## **APORTE TEÓRICO**

Algumas formulações apresentam caminhos conceituais importantes e potentes para um debate coeso desses processos de *land grabbing*, principalmente para evidenciar formas de acumulação capitalista que respondem às lógicas de acumulação originária (MARX, 2007), acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) ou para situar a discursão no âmbito do estado, os regimes de desapropriação (LEVIEN, 2014).

Através das reflexões iniciais de Marx e Luxemburgo, Harvey (2004) atualiza o debate acerca dos processos de acumulação primitiva, incorporando o conceito de imperialismo e a acumulação por espoliação como uma solução do capitalismo para contornar o problema da sobreacumulação do capital, através também dos ajustes espaço-temporais que aliviam o capital sobreacumulado. Expondo esse debate na concepção de Rosa Luxemburgo, onde retoma a acumulação como processo econômico, tendo como principal fator a transação entre o capitalismo e o trabalhador assalariado. Um outro aspecto da acumulação, é referente as relações entre o capitalismo e o modo de produção não capitalista, na escala internacional.

Nessa concepção, o autor desdobra a política colonial, o sistema nacional de empréstimo e o interesse contínuo em guerra, como relações importantes no processo de acumulação. Ele segue no diálogo com a Luxemburgo, tensionando o argumento para desdobrar a problemática acerca do subconsumo e da sobreacumulação. Entretanto, é no debate com o imperialismo que o argumento começa a friccionar o que começa sendo apresentado em Luxemburgo.

A expansão do espaço no capitalismo com base imperialista para autor, acaba por ser o caminho para estabilizar o sistema pela necessidade constante por demanda em relação aos bens de investimento e consumo. Então o barateamento dos insumos na ampliação da produtividade é apresentação como uma solução lucrativa de mercado.

Para Harvey (2004), a necessidade da ampliação do externo, ou do capitalismo para fora se si mesmo, é própria da lógica da acumulação. Porém, um limite desse argumento, é que o trabalhador no sistema, acaba sendo apresentado como uma reserva passível de ser utilizada



posteriormente. Só que a expansão desse exterior não é a garantia da possibilidade da incorporação desse trabalhador. Pelo contrário, é a garantia contínua da sua expulsão. Nesse sentido, o exterior é o próprio limite dessa estabilidade rarefeita. Nesse argumento da oferta de trabalho, ele entende que para contornar as pressões de sobreacumulação, o capitalismo precisa de um fundo de ativos externo, por isso o uso da terra como ativo, caso contrário essa exterioridade precisaria ser produzida.

Desdobrando a acumulação primitiva, como um momento que já ocorreu, Harvey aponta como nova forma do processo a reprodução expandida, compreendendo dentro disto o trabalho como fundamento dessa reprodução. Por entender esse processo como um contínuo, é nesse momento que a acumulação por espoliação é estabelecida.

Nesse cenário apresentando por Harvey, a financeirização adentra como o intuito de potencializar os mecanismos de acumulação por espoliação, usando como marco temporal 1973, logo após a crise do petróleo e da substituição do ouro pelo dólar, a financeirização no domínio do capital financeiro, se torna essencial para o estilo especulativo e predatório.

Ainda desdobrando esses processos, Harvey entende a desvalorização do capital e da força de trabalho como ciclo do lucro que se volta para o circuito de circulação pelo capital sobreacumulado. Entretanto para esse processo ser possível, ondas contínuas de desvalorização são orquestradas, ou seja, nesse sentido as crises são orquestradas e administradas como uma forma de racionalizar o sistema.

Nesse momento, as instituições internacionais e o estado têm o papel de orquestrar essas desvalorizações, para abrir o caminho da acumulação por espoliação, de forma que não desencadeie o colapso generalizado. Nesse sentido, ele evidencia o papel do FMI nessa administração.

Então, de forma mais sintética, a acumulação por espoliação se faz onipresente e se acelera nos contextos de crise de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando não existe outra saída a não ser a desvalorização Harvey (2004, p. 17). De modo que, não é levado em consideração são as questões internas da crise da sobreacumulação sobre a reprodução ampliada, então a teoria que é esboçada acaba sendo uma medida paliativa para uma problemática interna maior.

Nos limites expostos em Harvey, a definição de regime de desapropriação é apresentada pelo Levien (2014) como uma forma de compreender essa fresta teórica no argumento de Harvey com a ausência do Estado e apresentando uma abordagem internalizada dos regimes de desapropriação.



As motivações são apresentadas de diversos modos, atreladas ao capital internacional, a transparência nos processos de expropriação, que vão tecendo uma das críticas pertinentes a teoria da despossessão por meio das forças globais que interagem com estruturas sociais domésticas (LEVIEN, 2014, p. 38), o que avança no debate redirecionando a concepção de Harvey. Levien começa seu argumento falando da inadequação da lente da acumulação primitiva para compreender os processos de desapropriação contínua de terras no capitalismo na sua fase avançada. Entretanto, compreende a importância da reformulação de Harvey com o conceito da acumulação por desapropriação como um ponto de partida necessário, mas comprometido pelo economicismo do autor (LEVIEN, 2014, p. 21).

Ainda na crítica a acumulação primitiva como lente conceitual para compreender as apropriações, Levien pontua:

A lente conceitual da acumulação primitiva é inadequada para compreender a relação entre capitalismo e formas contínuas de desapropriação de terras. Isso se deve principalmente ao fato de que as desapropriações atuais não podem ser compreendidas no antigo sentido funcional segundo o qual elas criariam as precondições do capitalismo: elas não inauguram necessariamente relações sociais capitalistas e não representam transições entre modos de produção. (LEVIEN, 2014, p. 20).

Para o autor, a compreensão do processo precisa ser feita não no sentido da função das desapropriações no capitalismo, mas no movimento de entender o processo como resultado no próprio sistema. Em outras palavras, o que vai importar para Levien é o por que o capitalismo na sua fase avançada precisa da desapropriação como um mecanismo.

Levien refaz o caminho dos cercamentos domésticos em Marx, tencionando com a lente da acumulação primitiva em Luxemburgo e o problema do subconsumo, principalmente da incapacidade de realizar um valor capitalista excedente dentro do capitalismo em virtude da demanda ineficaz. Até começar as formulações de Harvey no debate e definir o que ele compreende como acumulação por desapropriação, o caminho inicial é semelhante ao que é feito por Harvey.

A desapropriação para o autor é basicamente o uso de coerção extraeconômica para expropriar ativos não relacionados ao trabalho de um grupo para o benefício de um outro. Nessa concepção, quem sofre a desapropriação, quem recebe o ativo desapropriado e como o ativo é usado para a acumulação, acabam assumindo formas diferentes nos tempos e espaços (LEVIEN, 2014, p. 37).

Nesse sentido, ele abarca o conceito de centralização dos meios de coerção em (Marx 1977, p. 885) para explicar a desapropriação mediada pelo Estado. Diferente de Harvey, altera a escala e a abordagem economicista do processo. Ele parte desses métodos principalmente para



compreender os atores. Então, para Levien um regime de desapropriação vai representar um meio institucionalizado para expropriar ativos de seus donos ou usuários atuais. Apresentando dois componentes principais. No primeiro, teremos um Estado disposto a desapropriar em nome de um conjunto específico de propósitos econômicos vinculados a interesses de classes específicos e no segundo um meio de gerar consentimento para esta desapropriação.

Para além da crítica do Levien ao Harvey, ambos deixam uma fratura no que concerne a dinâmica interna do processo de acumulação. Ressaltam, ambos, de forma elucidativa os processos externos, no caso do Levien, a dinâmica do estado em relação as expropriações contemporâneas, o que na teoria da acumulação por despossessão de Harvey não é concludentemente abordada, mas no que tange o Estado como principal ator dentro das dinâmicas de acumulação, as teorias expostas não são suficientes. Isso, se passamos a entender os processos de açambarcamento contemporâneo ou *land grabbing* no processo de crise, seja ela na abordagem civilizatória (ARAOZ, 2015) ou na abordagem da crítica ao valor (KURZ, 2018).

## **METODOLOGIA**

O presente estudo adota os moldes da pesquisa teórico bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a da Geografia Agrária, mais especificamente no eixo temático do *land grabbing* e da teoria crítica.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

Das abordagens que permeiam o *land grabbing*, poucas ancoram o debate na raça, classe e gênero, e ainda na disputa desse novo momento metodológico para analisar o fenômeno, redimensionam as abordagens de um modo que ela não se ancora propriamente na crise. (BORRAS et al., 2013; CLAPP, 2014; SAUER; BORRAS, 2016). Apesar de subentender em alguns processos a renda da terra e a concentração como um problema enorme e que deriva dessa dinâmica do capital contemporâneo (CHOUQUER, 2012; FAIRHEAD et al., 2012). Entretanto, compreender o outro caminho desses processos, considerando os aspectos que ficam a margem dessa discussão é importante, para compor o panorama da expropriação e exploração, nos processos da acumulação contemporânea.

No que tange as formulações da acumulação capitalista, a raça também transpassa esse processo, considerando que é impossível dimensionar o processo de acumulação, sem pensar no processo de racialização. A análise do capitalismo financeirizado como a ruptura essencial



entre a exploração e a expropriação, é uma virada central na abordagem dos processos de *land grabbing*. Deslocar a raça desse processo é não enxergar as nuances fundamentais que o caracterizam. Tendo em vista que os sujeitos que sofrem a expropriação são os que sofrem com as consequências dos processos de colonização. (FRASER, 2016).

A divisão entre explorados e expropriados vai surgir justamente dessa interseção da lógica econômica e do sistema com sua ordem política. Que instituiu de um lado o trabalhador livre explorável e do outro o sujeito dependente expropriável. Se a dominação do primeiro foi permeada no consentimento e legalidade, a do segundo foi engendrada, de forma explícita se baseando na repressão nua e crua. Entretanto, com o movimento da financeirização, houve uma mudança no que tange o nexo da expropriação e exploração, ficando cada vez mais heterogênea sua subjetivação. (FRASER, 2020).

As dinâmicas que ocorrem no centro e periferia espacializam esses processos, nesse fragmento dos sujeitos explorados e expropriados. A fase atual do capitalismo expande essa condição, e os papéis são modificados nesse interim, por conta da dinâmica da crise, que acentua e acelera esse condicionante. Aqueles que lutaram para entrar na senda da exploração, acabaram se deparando com formas outras de expropriação. A exploração passou a se complexificar, já que o trabalho acaba se dissolvendo como parte fundamental desses processos.

Se mudarmos nosso olhar para a questão de gênero, podemos observar outro desdobrar de processos semelhantes, dessa vez atrelado aos momentos em que o valor foi considerado uma categoria masculina, que ofuscou e não absorveu dentro da categoria do valor abstrato as formas de reprodução delegadas à mulher, pois o trabalho doméstico foi crucial para definir a exploração das mulheres na dinâmica do capitalismo, transformando o trabalho doméstico em um trabalho naturalizado e não remunerado, se tornando portanto, o grande pilar para que se efetivasse os processos de acumulação primitiva do capital dentro dessa dinâmica de expropriação. (FEDERICI, 2017; SCHOLZ, 2017).

Apesar do diálogo entre Federici e Scholz ser estabelecido no começo da análise, elas divergem nas minúcias relacionadas ao trabalho doméstico não remunerado, principalmente a Scholz (2017) no que tange a remuneração como sendo um escape para as críticas mais profundas relacionadas ao valor dissociação e a crise capitalista, ficando a margem no debate tanto da acumulação primitiva de Federici como do ponto zero da revolução. Estabelecer o trabalho feminino como remunerado, não sanaria o problema da violência por exemplo, atrelada





ao lugar do feminino e seria uma análise muito ingênua, se for considerar todo o processo de exploração e expropriação do feminino.

A negação da qualidade concreta das coisas, do valor, violência, discutir a distribuição como faz a Federici é só o fio, é ceder a mentira da forma mercadoria: tudo é igualável a tudo, redutível a mercadoria, igualada pela abstração, mas existem diferenças que persistem e resistem a esse processo.

A Lógica identitária: tudo é igual a si mesmo, projeta o caminho que a mercadoria faz sobre si, nas desigualdades, pensar na totalidade que não cai no conto da mercadoria, no sentido da totalidade idêntica, fissurada até na divisão da igualdade, que não se iguala nem sobre o ponto de vista jurídico e além disso mostrar outras diferenças, relacionadas a gênero, crítica do valor, a dimensão étnico raciais, o ciganismo e o atributo atrelado ao sentir, no sentido da razão e racionalidade, do desempenho no campo semântico, que tem a ver com a produção mercantil como os atributos relacionados a forma valor, sendo a definição da razão identificada como atributo humano por excelência, a naturalidade, o instinto, a loucura, impulsividade, sensualidade, sexualidade, amor, cuidado, como não prestando a produção mercantil para compor o todo que é cindido, no sentido da narrativa do mundo iluminista, constitutivo do sujeito externo, animalizado, sujeito aos processos em termos de formas sociais, como personificação ao longo da história, restrito a um bairro do mundo chamado Europa.

E quem é o sujeito que aparece na análise da Roswhita? O homem branco ocidental, o Feminino na forma da mulher, parir a mulher como depositária de tudo o que é feminino, e o lugar do masculino é a mercadoria, a lógica vazia da mercadoria, irracionalidade, racialização, atributos expulsos do sujeito da valorização, como seria o caso da naturalidade e animalidade como racionalização.

Nesse sentido, a irracionalidade aparece formando a fronteira, de forma diferente para cada sujeitos, sem uma lógica regular, a excrecência do iluminismo, a mancha de todos os sujeitos. Desdobrar o argumento sem tencionar esses pontos é fazer uma leitura rasa e incipiente sobre gênero e sobre o papel da mulher na valorização do valor como parte da mercadoria.

Essa fragmentação vai resultar no sujeito explorado e expropriado, ou melhor, essa combinação, acaba cerceando também a questão de gênero. A desigualdade de gênero na posse da terra, que já é altamente concentrada nas mãos de poucos, piora quando se trata da posse da terra relacionado a mulheres no Brasil. As mulheres representam quase o dobro dos números de produtores rurais sem posse, comparando com os homens, 8,1% a 4,5% nessa ordem. Ao



mesmo tempo que as mulheres são proporcionalmente, mais frequente que os homens nos estabelecimentos com áreas menores que 5 hectares (OXFAM, 2016, p.10).

O papel da mulher nesse cenário, acaba sendo o apêndice do homem, útil até não ser mais, sobretudo, garantindo a acumulação do valor através do condicionamento da mulher a trabalhos de reprodução e cuidado. Excluindo as mulheres das esferas públicas, submetidas sempre ao cárcere privado do ambiente doméstico ou então do trabalho mal remunerado com jornadas de trabalho dupla, da casa e do cuidado com os filhos e do trabalho no urbano e/ou no campo. Sendo estas, chaves importantes para pensar o caráter de uma crise que mesmo perpassando pelo núcleo do trabalho, se fracciona por todas as esferas da reprodução de vida, pontos esses abordados nas análises a priori da (FEREDICI, 2019) e depois como uma crítica a análise funcionalista da autora pela (SCHOLZ, 2017).

Dessa forma, é importante pensar as apropriações de terra nesse processo, perpassando a natureza, e as categorias de raça, classe e gênero como um esforço de redimensionar o debate crítico para os dias atuais, analisando os processos históricos que condicionam esses momentos do desdobrar da crise contemporânea, que se espelha na concentração de terra, no valor da natureza, na cisão da classe, através do contingente do outro permeando a racialização no processo de valorização e as questões de gênero, como um processo suprimido da categoria do valor.

## **CONCLUSÃO**

No Brasil, as dinâmicas que envolvem o agronegócio permeiam uma esfera tensa e conflituosa no que tange aos povos e comunidades tradicionais e a natureza. Esses conflitos foram mais estimulados com os avanços das fronteiras agrícolas no período que apresentamos como neoextrativismo durante a crise de 2007-2008.

O mercado de terras impulsionou atrelado as grandes corporações uma paisagem rural pautada no declínio das diversidades e no distanciamento da produção cada vez maior através das commodities (CLAPP, 2015). Nesse cenário também o aumento cada vez mais tangencial das expulsões do campo também decorrem em paralelo do período analisado, até atualmente.

As políticas democráticas para regulamentar o mercado de terras são insuficientes para as comunidades, devido as perdas totais dos seus modos de vida na maioria das vezes, o que



acaba sendo incontáveis os exemplos de grandes projetos que deixaram um rastro de degradação ambiental, poluição de rios, expulsões de comunidades tradicionais, extinções.

O que poderia ser um caminho para o desenvolvimento igualitário, ainda com muitas críticas dentro do processo, seria um caminho apontado para o retorno aos comuns (FEDERICI, 2019) e/ou uma análise aprofundada do valor dissociação, como forma de ir além da valorização do valor por conta do trabalho pago a níveis débeis as mulheres que trabalham na dinâmica do trabalho doméstico, como bem pontua (SCHOLZ, 2017). Nessa concepção, a terra passa a ser analisada como parte criada desse valor, como um ativo à mercê das variáveis econômicas ou até mesmo de um possível boom de commodities, sendo a vida um processo secundário dentro da reprodução do capital.

Entender as nuances dos caminhos que que perpassam as (grandes corporações, fundos de pensão, o papel do estado) sem esquecer o substrato da dissociação do valor dará mais subsídios para pensar os meandros da crise e a terra como parte desse processo de ficcionalização da reprodução capitalista para contornar esse cenário.

**Palavras-chave:** Natureza; *Land grabbing*, Crise, Capitalismo, Acumulação.

## REFERÊNCIAS

ARÁOZ, Horacio. La ‘Naturaleza’ como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. Boletín Oñteiken No 10, 2010.

ARÁOZ, M. Marx, (los) marxismo(s) y la ecología. Notas para un alegato ecosocialista *geographia* - ano. 17 - nº34 – 2015.

**AATR. Associação de advogados e trabalhadores rurais. Legalizando o ilegal: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no Matopiba, outubro. 2020.** Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobreinstitucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-grilagem-%C3%A9-lan%C3%A7ado> Acesso em 01 junho 2021.

BENDINI, M. Ampliación de fronteras agrícolas en Argentina: Interrelaciones entre el capital concentrado y la producción familiar. Revista *alasu*: análisis latinoamericano del medio rural, nueva época no.10, 2014.



BOECHAT, Cássio Arruda. O colono que virou suco: terra, trabalho, estado e capital na modernização da citricultura paulista. São Paulo, FFLCH – USP, 2014. Tese de doutorado.

BORRAS JR, S. M.; HALL, R.; SCOONES, I.; WHITE, B.; WOLFORD, W. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011

CHOUQUER, G. **Terres portugaises: entre faim de terres et appétit d'espace**. Paris: Ed Errance, 2012.

CLAPP, J. Financialization, Distance and Global Food Politics. *Journal of Peasant Studies*, v.41, n.5, 2014.

DELGADO, Guilherme C. *Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FAIRHEAD, J. Et al. 'Green Grabbing: A new appropriation of nature?', **Journal of Peasant Studies**, 39(2), Special issue, 2012.

FAIRBAIRN, M. *Fields of gold : financing the global land rush / Description: Ithaca [New York] : Cornell University Press, 2020.*

FRASER, Nancy. Expropriation and exploitation in racialized capitalism: A Reply to Michael Dawson *Critical Historical Studies*, 2016.

FRASER, Nancy. *Los talleres ocultos del capital. Un mapa para la izquierda*. Madrid: Editora Traficantes de Sueños, 2020.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista; tradução Coletivo Sycorax- São Paulo: Elefante, 2019.*

FEDERICI, S. *O calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GRAIN, REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **O fiasco agrícola bilionário da universidade de Harvard**. Grain, Rede social de justiça e direitos humanos. [S.l.]. 2018.

HARVEY. D. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Edições Loyola; 8ª edição, 2004.

KURZ, R. *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Editora consequência, 2018.

LEITE, A. *O campesinato no vale do jequitinhonha: sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. São Paulo, FFLCH-USP, 2015.

LEITE, Sérgio; FLEXOR, Georges. *Mercado de terras, commodities boom e land grabbings no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2017.

LEVIEN, M. *Dispossession without development: Land grabs in neoliberal India*. Oxford University Press, 2018.



MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de produção do capital - Livro I. São Paulo, Editora Boitempo, 2011.

MARTINS, J. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MORA, S. El going out agrícola de china. Um análisis de su desarrollo em Argentina. Si somos americanos, Revista de estudios transfronterizos, 19 (2), 89 – 113, 2019.

OXFAM. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Novembro, 2016.

OLIVEIRA, A. U; O modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária. São Paulo, LABUR, edições, 2007.

PAULANI. L Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. Revista de Economia Política 36 (3), 2016 • pp. 514-535.

PITTA, F.T. As transformações na reprodução fictícia de capital na agroindústria canaveira paulista: do proálcool à crise de 2008, São Paulo, FFLCH-USP, 2016. Tese de doutorado

SAUER, S, BORRAS, S. M. 'Land grabbing' e 'green grabbing' uma leitura da 'corrida de produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-território: revista de geografia agrária**, n. Edição especial, p. P. 6-42, Junho 2016.

SVAMPA, M. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. In Latin America South Atlantic Quaterly; Duke, 2015.

SVAMPA, M. Las fronteras del neoextractivismo em américa latina. Extractivismo y neoextractivismo. Guadalajara, Editora Calas, 2019.

SMITH, Neil. Nature as Accumulation Strategy. Socialist Register, 43, pp. 16-36, 2006.

SCHOLZ, R. O valor é o homem. Revista *Krisis* nº 12,1992, pp. 19-52.

WHITE, B.; BORRAS, S.; HALL, R.; SCOONES, I.; WOLFORD, W.. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. The Journal of Peasant Studies, Londres, v. 39, n. 3-4, p. 619-647, 2012.